

PROCESSO	- A.I. Nº 298621.0005/02-0
RECORRENTE	- MIROSOM ELETRÔNICA LTDA.
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JJF nº 0318-02/02
ORIGEM	- INFAZ SERRINHA
INTERNET	- 23.12.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0458-12/02

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) FRETE A PREÇO CIF. Fato não contestado. b) IMPOSTO NÃO DESTACADO EM DOCUMENTO FISCAL. Infração parcialmente caracterizada. 2. ENTRADA DE MERCADORIA. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Comprovada a inclusão indevida de notas fiscais no levantamento do débito pelo autuante. Recurso **NÃO PROVIDO. Decisão unânime.**

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra Decisão da 2ª Junta de Julgamento Fiscal que houvera julgado Procedente em Parte o Auto de Infração n.º 298621.0005/02-0, exigindo pagamento de imposto no valor de R\$10.467,38, em decorrência das seguintes infrações:

- 1. utilização de crédito fiscal indevido na condição de destinatário de mercadorias, relativo a frete CIF com serviço utilizado por empresa transportadora, por transportador autônomo ou pelo próprio remetente;*
- 2. utilização de crédito fiscal indevido referente a imposto não destacado em documentos fiscais;*
- 3. falta de recolhimento do ICMS em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não contabilizadas no período de abril a novembro de 1997, presumindo-se a ocorrência de operações tributáveis sem o pagamento do respectivo imposto.*

A 2ª JJF, em relação à infração 1, corrigiu o demonstrativo de débito de valores reconhecidos como procedente pelo contribuinte, excluindo os valores de R\$4,91 (CTRC 8765) e R\$19,93 (CTRC 8768) porque computados em duplicidade. Apresentou um total de R\$269,91 pela infração.

Manteve a exigência da infração 2 no que se refere somente a crédito indevido de R\$732,03, pois o contribuinte não juntou as Notas Fiscais n.ºs. 39934 e 39936, para comprovar o destaque do imposto. Sobre a infração 3, afastou os argumentos do contribuinte em relação as Notas Fiscais n.ºs 78, 116869, 116874 e 2983, uma vez que a simples declaração do sócio de que não adquiriu as

mercadorias constantes dos documentos não elide a acusação fiscal, e sobre as Notas Fiscais nºs 17183, 960, 446658 e 719 não houve comprovação de escrituração das mesmas. Concluiu que o débito da infração 3 é de R\$3.798,62.

Por fim, reduziu o montante do débito para R\$ 4.629,42.

O recorrente interpôs Recurso Voluntário alegando que a Nota Fiscal nº 719, no valor de R\$5.546,00 de ICMS no valor de R\$388,22 foi lançada e registrada sob o nº. 006267, conforme livros apresentados na primeira contestação e a Nota Fiscal nº 17183 foi registrada no livro fiscal conforme apresentado na Segunda contestação. Pediu o provimento do Recurso.

A PROFAZ, em Parecer, opinou pelo Não Provimento do Recurso apresentado, pois o recorrente não apresentou documentos comprobatórios de suas alegações.

VOTO

Concordo com o opinativo da Douta PROFAZ. O recorrente insurgiu-se contra a condenação relativa à infração 3 alegado que as Notas Fiscais nºs 719 e 17183 foram devidamente escrituradas, porém não apresentou qualquer documentação para comprovar o alegado. De maneira que mantenho o entendimento da Decisão Recorrida.

Voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **n.º 298621.0005/02-0**, lavrado contra **MIROSOM ELETRÔNICA LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$4.629,42**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 60%, sobre R\$1.001,94 e de 70% sobre R\$3.627,48, previstas no art. 42, VII, “a” e III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de Dezembro de 2002.

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULÇÃO - REPR. DA PROFAZ